

Banca tem “folga” de 8 mil milhões para atacar a crise

Especialistas não sabem se esta margem será suficiente | **Novo protocolo** obriga bancos a promover ativamente as linhas de crédito junto das empresas | **Crise** vai provocar uma descida dos “ratings”

Área: 1494cm² / 53%

Tiragem: 16.981

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6806176



PRIMEIRA LINHA COVID-19

Bancos têm "folga" de 8 mil milhões para atacar a crise

A diferença entre os rácios de capital impostos pelas autoridades e aqueles que os bancos registam dá alguma "folga" ao setor perante uma deterioração provocada pela crise. Uma margem que os especialistas não sabem se será suficiente.

Miguel Baltazar



Os bancos deverão enfrentar uma deterioração dos rácios de capital, perante a crise provocada pela pandemia.

RITA ATALAIÁ

ritaatalaia@negocios.pt

RÚBEN SARMENTO

Infografia

A banca estava, pouco a pouco, a recuperar da crise anterior e a munir-se de armas para enfrentar um novo choque. E, como já garantiu a Associação Portuguesa de Bancos (APB), está agora mais bem preparada para o novo desafio que a pandemia trouxe à economia nacional e ao resto do mundo. O setor está mais capitalizado, apresentando uma "folga" de perto de oito mil milhões de euros para responder à nova crise. A margem pode até vir a ser superior, mas a dúvida é se será suficiente para a dimensão do abalo que a covid-19 está a provocar.

Este montante de 7,7 mil milhões, segundo as contas do Negócios, resulta da diferença entre o rácio CET1 (totalmente implementado) registado pelos maiores bancos nacionais – Caixa Geral de Depósitos (CGD), BCP, BPI, Santander e Novo Banco – e aquele que é imposto pela Autoridade Bancária Europeia (EBA) – e que varia de acordo com o risco que cada um representa para o sistema. O rácio, que inclui capital social, resultados transitados e outras componentes dos capitais próprios, passou de 11,4% para 14,1% nos últimos quatro anos, revela a APB.

Entre estes bancos, é a Caixa que tem mais "margem" entre o rácio imposto (de 9,75%) e aquele que registava no final de 2019, de 16,8%. Isto significa que há uma almofada "de 7,05 pontos que, aplicada aos RWA [ativos

ponderados pelo risco] de 44,7 mil milhões de euros, dá uma folga em termos absolutos de cerca de 3,15 mil milhões", explica fonte oficial ao Negócios. Já a margem do BCP, BPI e Santander varia entre os mil milhões e os 1,1 mil milhões. O Novo Banco tem uma margem mais reduzida, de perto de 800 milhões. Mas este montante não pode ser considerado uma "folga", já que o banco tem pedido dinheiro ao Fundo de Resolução para repor os rácios.

Margem pode aumentar

Estes 8 mil milhões podem ainda aumentar, já que o BCE vai permitir que os bancos não cumpram determinadas exigências de capital. Uma medida que se junta às que estão a ser adotadas pelas autoridades macroprudenciais nacionais e que, segundo o BCE, permitirão libertar mais de 20 mil milhões de euros em capital CET1 detido pelos bancos da Zona Euro.

A solução do BCE "dá mais flexibilidade aos bancos para navegarem neste abrandamento económico e continuarem a dar crédito à economia real, o que será essencial na recuperação após a crise", afirma Rafael Quina, responsável pela banca na Fitch, ao Negócios.

Esta margem de manobra é ainda reforçada pela recomendação feita pela instituição liderada por Christine Lagarde junto do setor financeiro, de adiar o pagamento de dividendos este ano e no próximo. Um pedido que foi também feito pela Federação Europeia de Bancos. E que está a ser seguido por muitas entidades.

Em Portugal, a primeira instituição financeira a anunciar a suspensão da distribuição dos resultados pelos acionistas foi o BCP, no

final de março. O banco liderado por Miguel Maya afirmou, na conferência de imprensa sobre os resultados anuais, que a proposta que

“

Penso que [a folga] não será suficiente em função das necessidades do país.

JOÃO DUQUE

Professor do ISEG

seria apresentada seria "muito conservadora". Também o Santander Totta deu este passo, garantindo que a suspensão dos dividendos "permite reforçar ainda mais a capacidade de disponibilizar crédito à economia nacional na presente conjuntura". Já o BPI diz ir usar esta suspensão para "reforçar a sua capacidade para pôr à disposição da economia, das empresas e das famílias portuguesas os recursos necessários para responder aos exigentes desafios que se apresentam". O banco ia entregar 117 milhões ao CaixaBank.

Esta margem vai permitir que as instituições continuem a apoiar a economia, mas vai também servir de suporte aos próprios bancos numa altura em que os rácios de capital vão sofrer uma deterioração perante o expectável aumento do crédito malparado. "É natural que esta crise traga um aumento dos incumprimentos", nota Pedro Lino. Isto quer dizer, refere o economista da Dif Broker, "que teremos uma degradação dos rácios". Uma deterioração que João Duque, professor do ISEG, prevê que se registre "numa fase subsequente e não já".

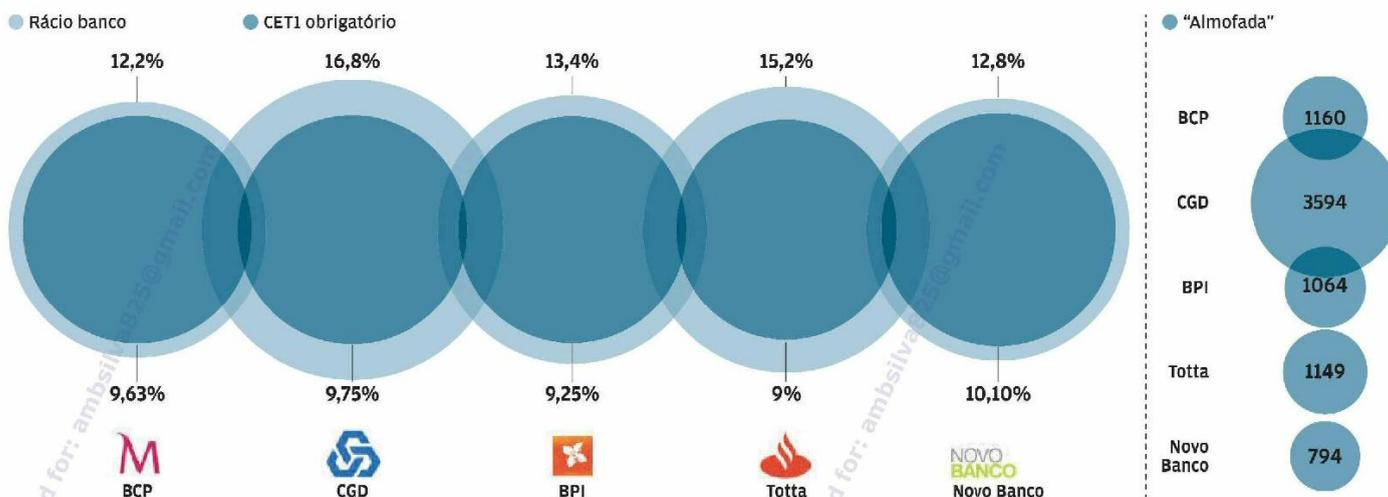
RAIO-X AO DESEMPENHO DA BANCA

Os bancos têm conseguido reforçar os rácios de capital, o que dá hoje mais margem ao setor para enfrentar a nova crise provocada pela pandemia, e, por outro lado, melhora a rentabilidade e a qualidade dos ativos. Este é o retrato que se faz do setor nos últimos anos, e que irá sofrer alterações devido à pandemia.

MAIS MARGEM PARA FAZER FRENTE À CRISE

Valores em percentagem nos rácios e em milhões de euros na "almofada" dos bancos

O reforço dos rácios de capital por parte dos cinco maiores bancos nacionais permite que haja agora uma "folga" de perto de 8 mil milhões de euros. Isto se se analisar a diferença entre o rácio CET1 exigido pelas autoridades e aquele que era registado pelos bancos no final do ano. No caso do Novo Banco há uma margem, mas que não pode ser considerada "folga" já que o banco tem vindo a pedir dinheiro para repor os rácios.



Fonte: Cálculos do Negócios com base nos dados dos bancos para 2019.

Folga será suficiente?

Os rácios impostos têm como objetivo "preparar os bancos para a iminência de crises", diz Tiago Cardão-Pito, professor do ISEG. Mas será que a "folga" que estas regras oferecem é suficiente?

"Creio que ainda ninguém tem uma noção perfeita sobre se [a almofada] será ou não suficiente, dado que também não há visibilidade sobre a duração e os impactos da crise", afirma Filipe Garcia ao Negócios. Para o economista da IMF, o objetivo é agora "evitar uma crise" bancária. Já João Duque diz "que não será suficiente em função das necessidades do país", mas que "poderá ser em fun-

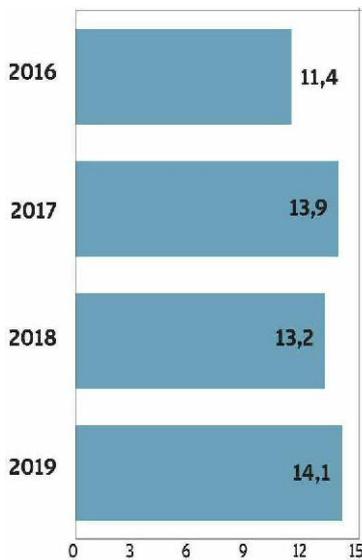
ção das necessidades que venham a ser canalizadas para a banca".

Isto num contexto de crise durante a qual terá de haver, segundo Pedro Lains, investigador do Instituto de Ciências Sociais, "uma apertada supervisão por parte do Governo, via Banco de Portugal", de modo "que os bancos tenham uma participação ativa no financiamento da recuperação económica, no controlo das taxas de juro aplicadas e da distribuição de dividendos". Os bancos, diz Tiago Cardão-Pito, do ISEG, são "agentes ativos no processo, e têm todo o interesse em minimizar os danos da crise económica". ■

REFORÇO DOS RÁCIOS DE CAPITAL

Valores em percentagem do CET1

Nos últimos anos, as instituições financeiras conseguiram aumentar os rácios de capital, nomeadamente o CET1. Os dados da APB mostram que este rácio passou de 11,4% em 2016 para 14,1% no ano passado. Uma evolução que será agora travada pelo vírus.



RENTABILIDADE REFORÇADA

Valores em percentagem do ROE

Os bancos nacionais conseguiram também reforçar a sua rentabilidade, mostram os dados da APB. O rácio que mede a rentabilidade dos capitais próprios ("return on equity" ou ROE) passou de nega-

tivo (-7,3%) para 8,10% nos últimos quatro anos.



MENOS CRÉDITO DO QUE DEPÓSITOS

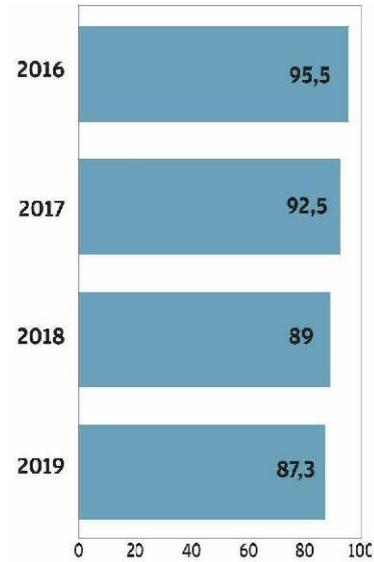
Rácio de transformação em percentagem

O rácio de transformação - cobertura dos créditos concedidos pelos depósitos - tem vindo a descer ao longo dos últimos quatro anos. Passou de 95,5%, em 2016, para 87,3% no final do ano passado, o que mostra que a banca está menos alavancada.

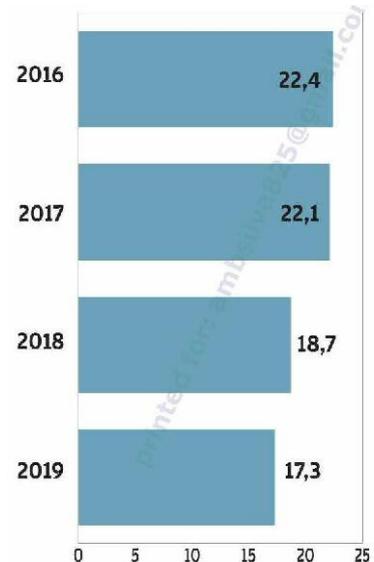
RECURSO AO BCE ACELERA

Valores em mil milhões de euros

O financiamento da banca junto do BCE tem diminuído, situando-se, de acordo com a APB, nos 17,3 mil milhões no final do ano passado. Um montante que, segun-



do a Bloomberg, aumentou para 19,5 mil milhões de euros até março deste ano.



Fonte: Dados da APB para 2019.